

*Moção Setorial*

**A SAÚDE NÃO PODE FICAR EM LISTA DE ESPERA**

O Serviço Nacional de Saúde criado em Portugal em 1979 é um dos principais pilares do Estado Social. Foi criado pelo Governo do PS, sendo António Duarte Arnaut, fundador do PS e ministro, considerado o «pai do Serviço Nacional de Saúde», porque redigiu e publicou o Despacho ministerial em Diário da República, 2.<sup>a</sup> série, de 29 de julho de 1978, mais conhecido como o «Despacho Arnaut», considerado o primeiro passo do que viria a ser o Serviço Nacional de Saúde. Em 1979, quando a Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde – que pugnava pelo serviço de saúde universal e gratuito – foi colocada à votação na Assembleia da República, o PSD e CDS votaram contra, tendo os votos favoráveis do PS, PCP e UDP.

Estes factos demonstram, como é óbvio, que os deputados do PSD-Madeira na Assembleia da República à data votaram contra a criação do Serviço Nacional de Saúde, apesar de os seus governos na Madeira, por força da Lei, terem vindo a implementar o Serviço Regional de Saúde.

Nos últimos tempos, assistimos ao surgimento de um novo Hospital Particular e temos assistido à renovação das policlínicas existentes e ao surgimento massivo de serviços de saúde privados por toda a Região. Estes factos vêm colocar a nu as falhas do Serviço Regional de Saúde e a migração por parte da classe média dos serviços públicos de saúde para o serviço privado. Tais situações colocam em risco o futuro do Serviço Regional de Saúde, que é maioritariamente financiado com os impostos da classe média, mas que, cada vez mais, não tem o suporte político desta, abrindo caminho para políticas anti-sociais que têm vindo a ganhar adeptos também à escala regional.

A classe média, como principal suporte do Estado Social, tem também de ser a principal beneficiária da sua existência. Só assim terá na sociedade suporte político.

É um Governo do Partido Socialista a financiar em 50% as obras do novo Hospital Universitário da Madeira, através de um programa de interesse comum, o que não é por acaso. Ficará para a história o facto de ser o PS a ter dado luz verde e financeira à construção do primeiro hospital público em democracia. Sem este apoio financeiro, a Madeira não teria um novo hospital nos próximos tempos. Também através do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), negociado pelo Primeiro-Ministro António Costa, a Madeira terá recursos

disponíveis para fortalecer o Serviço Regional de Saúde com um investimento de 89 milhões de euros subdividido nas componentes de expansão, desenvolvimento e melhoria da Rede de Cuidados Continuados Integrados em 54 milhões de euros e 35 milhões de euros a serem investidos no reforço das respostas na área da saúde mental e das demências associadas ao envelhecimento. Teremos ainda do PRR 15 milhões de euros para a digitalização da saúde e reforço da segurança, para mais quando ainda há bem pouco tempo as vulnerabilidades dos sistemas informáticos foram colocadas em cheque por um ataque informático, sem resolução cabal até à data.

Todos estes apoios, nunca antes vistos, por parte de um Governo da República ao Serviço Regional de Saúde demonstram a forma solidária e a importância que o PS dá à saúde como um dos principais pilares do Estado Social.

A Madeira continua a ter um problema crónico há mais de uma década em relação à redução das listas de espera para cirurgias, consultas hospitalares e exames (meios complementares de diagnóstico). O PS tem aprofundado o debate de forma continuada e persistente, em especial desde 2011, quando os números e prazos levaram a um aumento drástico. Desde 2015, com a chegada de Miguel Albuquerque à presidência do Governo, estes indicadores de saúde têm vindo a piorar.

Passamos a ter cerca de 118.000 madeirenses nas diferentes listas de espera (cirurgias, consultas e exames), números expressivos atingidos em 2019. A saúde dos Madeirenses não se compadece com o apagão que a maioria PSD/CDS fez, que levou ao desaparecimento de 45% destas listas através da eliminação de especialidades médicas contabilizadas (passaram de 34 especialidades para 19 especialidades). Estes utentes em espera não desapareceram nem a sua situação clínica foi resolvida. Apenas deixaram de contar para as estatísticas. Não estranhámos que a promessa da criação de Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) tenha sido novamente adiada, quando a promessa já vem desde 2015.

A nível de cirurgias, por exemplo, a Madeira, para estar na mesma situação que a nível nacional, deveria ter 5.000 e não 20.000 cirurgias em espera. Deveriam os utentes esperar 3 meses pelas cirurgias como acontece maioritariamente no continente e não 36 meses, como acontece em média na Madeira.

Assim, face à crueza da realidade das listas de espera na Madeira, que não têm paralelo com os Açores ou com o continente Português, o PS continuará a pugnar a sua ação pela apresentação das seguintes propostas:

1. Transparência na informação sobre as listas de espera na Madeira e dados que demonstrem a sua evolução trimestral;
2. Acesso por parte do utente à sua posição temporal e clínica na lista de espera, para maior previsibilidade da intervenção clínica, transparência e confiança no sistema de saúde;
3. Implementação imediata dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos em Saúde;
4. Criação do provedor do utente do Serviço Regional de Saúde;
5. Garantir que o Serviço Regional de Saúde use todos os seus recursos humanos, materiais e logísticos e só então contratar externamente;
6. Esgotada a maximização das capacidades do sistema público, contratualizar com os privados na Madeira e no Continente para, no espaço desta legislatura, reduzir o número de utentes a aguardar por uma cirurgia dos atuais cerca de vinte mil para os cinco mil;
7. Repostas as listas de espera em patamares aceitáveis, voltaria a ser o Serviço Regional de Saúde a ter de dar uma resposta cabal para não criar uma dependência crónica dos sistemas privados.

Funchal, 07 de janeiro de 2023

Victor Freitas, militante 27281